

ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE MURIAÉ.

No dia trinta do mês de novembro de dois mil e vinte e três, às oito horas e dezesseis minutos foi realizada uma reunião ordinária presencial na sede da Secretaria do Meio Ambiente, no Horto Florestal. Seguem os membros do Conselho que participaram da presente reunião: Sr. Mauro Francisco de Aquino, Secretário Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente, representando a presidência do Conselho; Sr. Sergio Vilhena Vieira, representando a vice-presidência do Conselho; Sr. Frederico de Melo Machado, representando a Secretaria Municipal de Obras; Sr. Lucas Dutra de Melo, representando o CREA-MG; Sr. Robério de Oliveira Torres, representando a EMATER-MG; Sr. Robin Le Breton, representando a ONG Iracambi; Sra. Fabrine Odete da Costa Reis, representando a Secretaria Municipal de Saúde; Sr. Douglas Barbosa Castro, representando a FASM; Sr. Matheus Henrique Santos, representando o corpo de Bombeiros; Sr. João Carlos Santos Areias, representando a AMERP; Sra. Thais de Andrade Batista Pereira Fittipaldi, representando o IEF; Sra. Alexandra de Fátima Nogueira Dias, representando a Secretaria Municipal de Educação. Registraram-se a presença do Sr. João Paulo e Sr. Gustavo Cocate Almeida, representantes do Hospital São Paulo. Sr. Sergio Vilhena Vieira, cumprimentou os membros presentes, e iniciou a reunião com o primeiro assunto da pauta, que é sobre o processo nº 26166/2023 de TCM Construtora LTDA, localizada na Avenida Dante Bruno, 405, bairro Dornelas, Sr. Sergio Vilhena explicou que inicialmente o requerente deu entrada em um processo de demolição, e ficou pendente no setor de Meio Ambiente para regularizar a APP e posteriormente liberar a demolição, Sr. Sergio Vilhena explicou que o imóvel tem área total de 1.949,05 m² e a proposta de área de intervenção de 1.245,27 m², o objetivo do requerente é fazer a demolição para a reconfigurar o espaço, Sr. Sergio Vilhena apresentou a nova configuração do projeto, onde será demolida toda parte administrativa para construir um galpão e estacionamento. Sra. Thais de Andrade Batista Pereira Fittipaldi explicou que tem que ser processo de intervenção com supressão de árvore isolada, pois no local existem árvores isoladas que serão suprimidas. Sr. Sergio Vilhena informou que serão cinco árvores para supressão (dois Coqueiros, uma Lichia, um pé de Manga e um pé de Goiaba). Sra. Thais de Andrade Batista Pereira Fittipaldi, solicitou como condicionante pelas supressões, a recuperação da área que está localizada a frente do terreno, nas margens do Rio Muriaé. Sr. Sergio Vilhena informou que será solicitado o PTRF para a recuperação da área. Diante do exposto, Sr. Sergio Vilhena, apresentou as compensações propostas e em votação pelos membros do CODEMA o processo de intervenção em APP, foi deferido, mediante a compensação pecuniária no valor de R\$ 6.142,82 na conta do fundo Municipal do Meio Ambiente, de acordo com o art. 29 da Lei Municipal nº 6.164/2021, inciso II, art. 40 (esse valor é referente a demolição para a construção do galpão) juntamente com a apresentação do PTRF e cronograma de execução para a recuperação da área localizada na projeção do imóvel, nas margens do Rio Muriaé, referente a compensação por intervenção ambiental da área do estacionamento e da supressão das cinco árvores. Sr. Thais de Andrade Batista Pereira Fittipaldi questionou o prazo da execução do PTRF, e Sr. Sergio Vilhena explicou que será solicitado para fevereiro e explicou também que será firmado um TRA (Termo de Recuperação Ambiental) entre o requerente e a autoridade Municipal. Ficou determinado pelos membros que o requerente obterá o DRIAPP mediante o PTRF apresentado. Finalizando este assunto, o Sr. Douglas Barbosa Castro, apresentou aos membros o processo nº 25281/2023, onde o requerente Casa de Caridade Muriaé – Hospital São Paulo, solicita a supressão de vinte árvores no entorno da mata do Hospital São Paulo, onde ocorreu um incêndio, e para evitar que esses incidentes ocorram novamente, o requerente, como medida preventiva deseja realizar um aceiro, e para isso solicitou os cortes, Sr. Douglas Barbosa Castro explicou que em vistoria no local, os técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente verificaram, por meio de um acesso na parte superior da mata (acesso pela Alameda das Orquídeas, Bairro Quinta das Flores), uma grande área da mata que sofreu queimada recente, o que justifica a solicitação da supressão para execução do aceiro, no entanto, devido ao efeito de bordadura, que traz densa vegetação invasora, e a área da mata ser ‘cercada’ por muros dos fundos dos imóveis vizinhos, não foi possível explorar toda a borda da mata confrontante com o bairro Quinta das Flores, e recomenda-se a execução do aceiro sem supressão de árvores vivas, com supressão apenas da

vegetação herbácea, restos de troncos de árvores mortas, gramíneas e lianas (cipós) que ocupam densamente a borda da mata. Sra. Thais de Andrade Batista Pereira Fittipaldi explicou que sua preocupação é que tenham árvores nesse meio, protegidas e proibidas de corte. Sr. Robin Le Breton questionou como o aceiro resolveria este problema. Sra. Thais de Andrade Batista Pereira Fittipaldi disse que vê mais vantagem em fazer o cercamento da área e deixar regenerar o local. Sr. Douglas Barbosa informou que inclusive, no Horto Florestal, existe um aceiro. Sra. Thais de Andrade Batista Pereira Fittipaldi explicou também que é necessário a realização de um estudo preciso e sugeriu a realização de um inventário florestal, estudo técnico, com técnicos responsáveis e engenheiro florestal, para prestar maiores esclarecimentos, informando todos os detalhes, indicando o efeito de borda e propor novas alternativas mais eficazes, sem ser o aceiro, pois pelo seu entendimento, a área da mata está em estágio médio, e é necessário cercar e recompor, e que as vezes é o caso a recuperação da área. Sr. Matheus Henrique explicou que o aceiro é para evitar que os incêndios ocorram, porém, aceiro estreito não é eficiente, como está no parecer técnico, e não é somente realizar o aceiro, tem que manter o local, e explicou que ali realmente é um problema grave, porém é necessário um estudo mais criterioso, como disse a Sra. Thais de Andrade Batista Pereira Fittipaldi, Sr. Matheus Henrique Santos explicou que naquele local precisa de uma ação preventiva. Sr. Gustavo Cocate, representante do processo, solicitou a palavra e teve um questionamento, dizendo que houve multa pelo incêndio, porém não foram eles que fizeram, Sra. Thais de Andrade Batista Pereira Fittipaldi explicou que o autuado é o responsável pelo terreno, e por isso que o Hospital São Paulo foi autuado, e nesses casos, assim que houver o acontecimento é necessário realizar um Boletim de Ocorrência informando que eles não foram o responsável pelo o ocorrido, pois assim teriam como se justificar. Os cortes das árvores solicitadas não foram aprovados pelos membros do CODEMA, e sugeriu-se pelos membros do CODEMA, fazer monitoramentos no local, instalação de câmeras para fiscalização e para tentar diminuir as incidências, e sugeriu também a realização de um estudo criterioso conforme informado acima. Após este assunto, Sr. Douglas Barbosa Castro seguiu para os processos de solicitações de supressões arbóreas, onde os pareceres técnicos foram enviados aos membros via e-mail e WhatsApp para análise previa. O primeiro processo é através do Boletim de Ocorrência nº 336/2023 e refere-se a solicitação de corte de um Ipê Rosa em grande porte, no talude próximo a uma via particular para trânsito de veículos, foi verificado erosões neste talude, que possuía contenções improvisadas para evitar a inutilização da via, para que seja realizada a estabilização do talude, entende-se que a árvore precisa ser removida, sendo a câmara técnica favorável à intervenção, condicionada a compensação do plantio de cinco árvores, ou depósito do valor pecuniário proporcional ao número de árvores no Fundo Municipal do Meio Ambiente. Os membros do CODEMA acompanharam o parecer da câmara técnica pelo deferimento do corte de acordo com a condicionante estabelecida. O próximo processo nº 26328/2023 refere-se a solicitação de corte de duas árvores, sendo um Tamarindo e uma Palmeira Imperial, em vistoria no local, os técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente verificaram a presença de duas árvores em posição centralizada no estacionamento, em grande porte, sendo uma palmeira imperial e uma tamarindo de grande diâmetro, que apresentava sinais de ter sofrido poda drástica, por entender que as árvores estão em porte inadequado ao local (estacionamento) e que a queda de folhas das palmeiras leva risco aos veículos e pessoas, e considerando a idade e o porte da tamarindo, a câmara técnica é favorável à supressão das árvores, no entanto, sugere-se que haja autuação pela poda drástica e condicionando os cortes ao plantio de quatro árvores, ou depósito do valor pecuniário proporcional ao número de árvores no Fundo Municipal do Meio Ambiente. Os membros do CODEMA acompanharam o parecer da câmara técnica pelo deferimento dos cortes e pela autuação da poda drástica, de acordo com a condicionante estabelecida. O próximo processo nº 25303/2023 refere-se a solicitação de corte de uma Mangueira, em vistoria no local, os técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente verificaram uma árvore de nome vulgar 'mangueira' dentro do quintal aos fundos do imóvel do requerente, em grande porte, próximo a um muro de placas (divisa com o vizinho), e por se tratar de árvore frutífera exótica em terreno particular, a câmara técnica é favorável ao deferimento da solicitação, condicionado ao plantio de duas mudas de árvores ou o depósito do valor pecuniário proporcional ao número de árvores no Fundo Municipal do Meio Ambiente. Os membros do CODEMA acompanharam o parecer da câmara técnica pelo deferimento do corte, de acordo com a

condicionante estabelecida. O próximo processo nº 25736/2023 refere-se a solicitação de corte de três Palmeiras Imperial, em vistoria no local, os técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente verificaram diversas palmeiras imperiais no local, sendo uma delas com o caule comprometido, com brocas profundas, outra apresentando inclinação em direção a imóvel vizinho, e uma terceira com caule fragilizado e copa sobre o telhado do setor de segurança do trabalho e considerando serem árvores exóticas em local com intenso trânsito de pessoas (trabalhadores da ETA-DEMSUR), a câmara técnica é favorável à supressão, condicionado a compensação do plantio de seis árvores. Os membros do CODEMA acompanharam o parecer da câmara técnica pelo deferimento dos cortes, de acordo com a condicionante estabelecida. O próximo processo nº 25770/2023 refere-se à solicitação de corte de oito árvores, sendo quatro eucaliptos, dois Abacateiros, e dois Cajueiros, em vistoria no local, os técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente verificaram na área do empreendimento, a presença de árvores de grande porte (espécies listadas acima) próximas aos galpões dos empreendimentos citados na justificativa. Por serem árvores exóticas de grande porte em uma área industrial, e considerando que tais árvores estão no interior dos lotes industriais sem fazer parte da arborização das vias, a câmara técnica é favorável à supressão, condicionando ao plantio de dezesseis árvores ou o depósito do valor pecuniário proporcional ao número de árvores no fundo Municipal do Meio Ambiente. Os membros do CODEMA acompanharam o parecer da câmara técnica pelo deferimento dos cortes, de acordo com a condicionante estabelecida. O próximo processo nº 25980/2023 refere-se à solicitação de poda drástica de um Angico, em vistoria no local, os técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente verificaram uma árvore nativa de nome popular angico na área verde confrontante com o imóvel da solicitante. A árvore está em grande porte, ultrapassando a altura da residência, visto que alguns de seus galhos estão sobre o telhado da residência. Desta forma, a câmara técnica é favorável à poda drástica da árvore, eliminando os riscos relatados pela solicitante na justificativa. Os membros do CODEMA acompanharam o parecer da câmara técnica pelo deferimento da poda drástica. O próximo processo nº 26016/2023 refere-se a solicitação de corte de um Oiti, em vistoria no local, os técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente verificaram a presença de uma árvore de nome popular oiti em frente ao imóvel da solicitante, plantada na calçada, em grande porte, verificou-se que a árvore obstrui consideravelmente a calçada, consequentemente prejudicando o trânsito de pedestres, assim como as intervenções na própria calçada, devido à pequena largura da calçada, com cerca de 90cm, a árvore está muito próxima ao imóvel, estando em porte incompatível com o local, foi apresentado o projeto das novas instalações elétricas do imóvel, o que foi a base da justificativa da solicitante, no entanto não foi apresentado documentação que comprove a propriedade do imóvel. Dessa forma, a câmara técnica é favorável à supressão, mediante apresentação de documento comprobatório da propriedade do imóvel e ao plantio de duas árvores, ou depósito do valor pecuniário proporcional ao número de árvores no Fundo Municipal do Meio Ambiente. Os membros do CODEMA acompanharam o parecer da câmara técnica pelo deferimento do corte, de acordo com a condicionante estabelecida e mediante apresentação de documento comprobatório da propriedade do imóvel. O processo nº 26421/2023 refere-se à solicitação do corte de dois Oitis, em vistoria no local, os técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente verificaram duas árvores de nome popular Oiti, em pequeno porte, na divisa do lote do solicitante com os vizinhos, considerando o porte e a localização das árvores, a câmara técnica entende que não existe empecilho à manobra de veículos para acesso ao local, por isso, vota pelo indeferimento da solicitação. Os membros do CODEMA acompanharam o parecer da câmara técnica pelo indeferimento da solicitação. O processo nº 26549/2023 refere-se à solicitação de corte de um Oiti, em vistoria no local, foi localizada uma árvore de nome popular Oiti em frente ao imóvel, em pequeno porte, plantada na via, a árvore não apresenta sinais de danos ou injúrias, também não foram observados danos ao calçamento bem como não obstrui a drenagem pluvial (sarjeta), nem mesmo a porta da garagem. Dessa forma, a câmara técnica vota pelo indeferimento do processo, indicando que o solicitante procure o DEMSUR tentar solução ao problema do lixo. Os membros do CODEMA acompanharam o parecer da câmara técnica pelo indeferimento da solicitação. O processo nº 26617/2023 refere-se a solicitação do corte de duas árvores, sendo uma Monguba e um Oiti, em vistoria no local, o técnico da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente verificou duas árvores em frente ao imóvel indicado pelo solicitante, uma Monguba e um

Oiti, a Monguba passou por poda drástica recente, realizada pela concessionária de energia (ENERGISA), o Oiti possui caule de pequeno diâmetro, porém sua altura já atinge a fiação de baixa tensão, sendo recomendada a poda de sua copa abaixo da fiação, por entender que a monguba é uma espécie de árvore inadequada para a arborização urbana, especialmente em locais com pouco espaço e debaixo da fiação, a câmara técnica é favorável à supressão apenas da Monguba, preservando o Oiti, mediante apresentação de documento comprobatório de propriedade do imóvel (certidão) e condicionado o corte da Monguba ao plantio de duas árvores, ou depósito do valor pecuniário proporcional ao número de árvores no Fundo Municipal do Meio Ambiente. Os membros do CODEMA acompanharam o parecer da câmara técnica pelo deferimento do corte da Monguba, preservando o Oiti, de acordo com a condicionante estabelecida e apresentação de documento comprobatório de propriedade do imóvel (certidão). O processo nº 26620/2023 refere-se à solicitação do corte de três Sibipirunas, em vistoria no local, os técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente verificaram as três arvores de nome popular sibipiruna, com caules brocados, comprometidos por ação de insetos perfurantes, como medida de prevenção de acidentes de renovação da arborização urbana, recomenda-se a substituição das árvores. A câmara técnica foi favorável ao deferimento do pedido, condicionado ao plantio de quinze árvores, sendo três no mesmo local (substituição). Os membros do CODEMA acompanharam o parecer da câmara técnica pelo deferimento dos cortes, de acordo com a condicionante estabelecida. O processo nº 26623/2023 refere-se a solicitação de corte de cinco árvores, sendo quatro Palmeira Imperial e uma Pata de Vaca, em vistoria no local, os técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente verificaram a presença de uma árvore de nome popular pata-de-vaca atrás da cozinha da escola, no momento da vistoria pode-se acompanhar o andamento da obra de troca da rede de esgoto, que se encontrava completamente entupida, com a presença de raízes da pata-de-vaca e de uma palmeira, as outras três palmeiras estão de área de circulação de estudantes, sendo duas delas na entrada da escola. A câmara técnica é favorável à supressão das árvores, condicionada ao plantio de treze árvores. Os membros do CODEMA acompanharam o parecer da câmara técnica pelo deferimento dos cortes, de acordo com a condicionante estabelecida. Finalizando a pauta sobre supressão de árvores, Sr. Victor Garcia Pinto, fiscal de atividades Urbanas e Meio Ambiente, apresentou a pauta sobre o Recurso do auto de infração 018/2023 de Jacy Demarque de Oliveira, e apresentou a síntese dos fatos, onde cita-se que a Polícia Ambiental encaminhou ofício contendo o REDS nº 2023-038299573-001 para a tomada de medidas, o Boletim de Ocorrência relata uma vistoria, realizada pela PAMG em 16 de agosto de 2023, constatando que no local, denominado Fazenda Córrego da Laje (Rodovia MG-265, km 3), havia a disposição de resíduos de construção civil, pneus, mantas térmicas, retalhos de confecção, telhas, madeiras, plástico, etc, ao ser confrontado pela polícia sobre a legalidade da atividade, o proprietário apresentou à polícia a Licença Ambiental Classe 2, nº 03.2021.013, emitida por este setor técnico. Portanto, trata-se de uma infração ambiental (divergir/descumprir o estabelecido na licença ambiental), sendo lavrado o Auto de Infração 018/2023 = R\$ 2.900,52, então o Autuado entrou com o recurso via Processo 025977/2023, alegando que a disposição dos resíduos divergentes não foi de sua autoria ou de seus colaboradores; contudo, tal licença somente autoriza a realização da atividade de aterro e área de triagem para recebimento de resíduos oriundos da construção civil. O parecer deste setor é pelo indeferimento do recurso, mantendo o valor integral da multa estabelecida no Auto de Infração 018/2023 = R\$ 2.900,52, pois, embora o responsável argumente que o descarte foi realizado por terceiros, o empreendimento é sua propriedade, sendo ele o responsável pelo arranjo físico e sua integridade. Sra. Thais de Andrade Batista Pereira Fittipaldi, explicou que se não tem provas de que não foi ele o responsável, não tem como anular o auto de infração, o responsável tem a obrigação de fiscalizar o seu empreendimento. Sr. Robin Le Breton, destacou que na justificativa do autuado, ele alegou que havia acionado a Polícia por diversas vezes e seria talvez injusto manter a multa, porém Sra. Thais de Andrade Batista Pereira Fittipaldi, voltou a falar que o responsável pelo empreendimento tem a responsabilidade de fiscalizar o seu local. Sr. Roberio de Oliveira Torres questionou se é o responsável que tem que provar que não fez ou se é outra autoridade. Sr. Victor Garcia Pinto informou que ele tem a autorização para realizar a atividade no local, portanto ele tem a obrigação de manter e fazer a fiscalização do seu empreendimento. Sra. Thais de Andrade Batista Pereira Fittipaldi sugeriu que o responsável faça o cercamento no local, implante câmeras ou outros

utensílios para ajudar na fiscalização do seu empreendimento, de modo que o requerente evite reincidências, se resguardando através de um Boletim de Ocorrência. Questionado pelos membros sobre o quantitativo dos despejos no local, Sr. Victor Garcia Pinto, informou que mais ou menos 20 por cento do que estavam sendo despejados no local eram coisas não permitidas por Lei. Sra. Sara de Paula Lima, fiscal de atividades Urbanas e Meio Ambiente, informou que foi um caso recorrente, que o responsável já tinha sido autuado em anos anteriores e depois da autuação, o responsável regularizou a atividade. Sr. Frederico de Melo Machado sugeriu manter a autuação, devido ao fato do empreendedor ser responsável por todos os acontecimentos ocorridos no local, reiterando o argumento da Sra. Thais de Andrade Batista Fittipaldi. O parecer da câmara técnica foi pelo indeferimento do recurso, mantendo o valor da multa de R\$ 2.900,52. Foi colocado em votação, e os membros do CODEMA acompanharam o parecer da câmara técnica, pelo indeferimento do recurso, mantendo o valor da multa a ser paga de R\$ 2.900,52. Após essa pauta, Sr. Douglas Barbosa Castro, solicitou aos membros a definição da data da reunião de dezembro, devido ao Natal e Ano Novo, e foi sugerido a data de 21 de dezembro de 2023 (quinta feira) as oito horas, todos os membros do CODEMA concordaram. Sr. Robin Le Breton, solicitou novamente a apresentação do levantamento dos recursos do Meio Ambiente, Sr. Mauro Francisco de Aquino, sugeriu que fosse apresentado na reunião de janeiro de 2024, todos os membros concordaram. Após isso, Sr. Mauro Francisco de Aquino informou aos membros que tem um saldo no fundo do Meio Ambiente para a realização de paisagismo, e falta a Prefeitura de Muriaé repassar um valor restante. Sr. Mauro Francisco de Aquino, informou também, que, fez uma visita em Leopoldina – MG, com a Secretaria Municipal de Obras, e em conversa com os servidores, ele achou muito interessante a forma como eles trabalham lá, que as compensações de intervenções e supressões arbóreas, que aqui são condicionadas em plantios no local, lá são adquiridas as quantidades de mudas pelo requerente e repassadas a Secretaria responsável, para que a mesma faça os plantios, e que desta forma tem funcionado muito bem, além das compensações em plantios ser maiores que as daqui. Sr. Mauro Francisco de Aquino achou interessante a ideia e gostaria de trazer para a nossa Secretaria, bem como aumentar as proporções das compensações, e compensações em plantios passarem a ser condicionadas a doações das mudas para o Horto Florestal. Sra. Thais de Andrade Batista Pereira Fittipaldi achou interessante também, e sugeriu colocar na Legislação do Município. Todos de acordo. Nada mais havendo a se tratar, a reunião encerrou-se às nove horas e doze minutos, sendo a presente ata assinada por todos os membros do

CODEMA.

